

PETRONIO CALMON

Doutor em Direito Processual pela USP – Universidade de São Paulo; Procurador de Justiça Aposentado do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; *Visiting Professor* das universidades italianas de Messina (2019), Torino (2021), Roma Trè (2023) e Cagliari (2024); Professor do Programa de Pós-Graduação do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB; Fundador e Diretor do IBEP – Instituto Brasiliense de Ensino e Pesquisa; Presidente do Conselho Editorial da Editora Gazeta Jurídica e LeCalmon; Diretor do Instituto Mediazione de Gestão de Conflitos; Docente de mediação e mediador.

**FUNDAMENTOS DA
MEDIACÃO E DA
CONCILIAÇÃO**

5ª Edição



Brasília
2024

5ª edição - 2024

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Calmon, Petronio

Fundamentos da mediação e da conciliação / Petronio Calmon.
-- 5. ed. -- Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2024.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87255-12-5

1. Conflitos - Resolução (Direito) 2. Conciliação 3. Direito processual civil - Brasil 4. Mediação e conciliação I. Título.

24-205247

CDU-347.965.42(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Mediação e conciliação: Direito processual 347.965.42(81)

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais - Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal - Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIALTDAME

SMPW Quadra 21, Conjunto 2, Lote 5, Casa F

Park Way, Brasília - DF, CEP 71745-102

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

SUMÁRIO

Parte I	1
OS CONFLITOS E OS MEIOS DE SOLUÇÃO	1
1. Cultura de conflitos e os meios adequados para sua solução	3
1.1 A crise da justiça e a proposta científica	3
1.2 Necessidade de planejamento e de abordagem holística	6
1.3 Aplicação ampla da autocomposição	8
1.4 A nova Teoria Geral do Processo.....	12
2. O conflito e a restauração da paz social	15
2.1 A convivência social mediante a regulação	15
2.2 A cultura de conflitos	17
2.3 A restauração da paz social.....	21
3. Os meios de solução dos conflitos	25
3.1 Os meios de soluções para os conflitos	25
3.2 A doutrina pioneira de Niceto Alcalá Zamorra	26
3.3 Uniformização terminológica	27
3.4 Outras classificações	30

3.5	Ordem imposta e ordem consensual.....	32
4.	Tutela jurisdicional (processo).....	35
4.1	Premissa histórica.....	35
4.2	Conceito.....	37
4.3	Preponderância e supremacia da jurisdição estatal.....	38
4.4	Atividade eminentemente estatal.....	40
4.5	Crise da justiça estatal	42
4.6	A crise da justiça penal	45
4.7	A crise da justiça estatal como falso fundamento para a justiça alternativa.....	47
4.8	O bom funcionamento da justiça estatal como fator de sucesso para a justiça alternativa.....	48
4.9	O aprimoramento da justiça estatal	48
5.	Autocomposição	53
5.1	Conceito.....	53
5.2	Espécies de autocomposição.....	55
5.3	Efeitos da autocomposição	56
5.4	Natureza jurídica da autocomposição	57
5.5	Objeto da autocomposição	58
5.6	Forma da autocomposição	59
5.7	Sujeitos da autocomposição.....	59
5.8	A autonomia da vontade e os vícios da autocomposição.....	61
5.9	Revogação ou rescisão da autocomposição	62
6.	Possíveis resultados da autocomposição	63
6.1	Renúncia.....	63
6.1.1	Considerações preliminares.....	63
6.1.2	Conceito.....	63
6.1.3	Efeito processual da renúncia	64

6.2	Submissão.....	64
6.2.1	Considerações preliminares.....	64
6.2.2	Conceito.....	65
6.2.3	Efeito processual da submissão.....	65
6.3	Transação.....	65
6.3.1	Conceito.....	65
6.3.2	Característica principal da transação.....	68
6.3.3	Pressuposto da transação.....	70
6.3.4	Natureza jurídica da transação no código civil de 1916..	71
6.3.5	A transação e o código civil de 2002.....	72
6.3.6	Efeito processual da transação.....	73
7.	Consequências da autocomposição.....	75
7.1	Consequências processuais da autocomposição.....	75
7.1.1	Extinção do processo.....	75
7.1.2	Coisa julgada.....	78
7.1.3	Formação de título executivo judicial.....	78
7.2	O processo judicial exclusivo para homologação da autocomposição.....	79
7.3	Consequências da autocomposição no direito material.....	81
Parte II		
MECANISMOS PARA OBTENÇÃO DA AUTOCOMPOSIÇÃO...		83
8.	Mecanismos para obtenção da autocomposição.....	85
8.1	Multidisciplinarietà.....	85
8.2	Meios adequados de pacificação social.....	87
8.3	Meios, mecanismos e métodos.....	92
8.3.1	Meios, mecanismos e métodos.....	92
8.3.2	Meios informais.....	92
8.4	Mecanismos e métodos para a solução dos conflitos.....	93
8.5	Os diversos mecanismos.....	96

8.6	Mecanismos para a obtenção da heterocomposição.....	97
	A) Jurisdição (estatal).....	98
	B) Arbitragem	98
	C) Perícia arbitral.....	98
	D) Arbitragem <i>baseball</i> (ou de última oferta - <i>final-offer</i>) ..	98
	E) Arbitragem <i>night baseball</i>	99
	F) Arbitragem <i>bounded</i> ou <i>High-low</i>	99
	G) <i>Court-annexed arbitration</i>	99
	H) <i>Rent a judge</i>	100
8.7	Mediação em conjunto com a arbitragem.....	101
	A) Mediação/arbitragem (med/arb).....	101
	B) Arbitragem/mediação (arb/med)	101
8.8	Mecanismos para a obtenção da autocomposição vinculados à justiça estatal (<i>court-annexed</i>).....	102
	A) Avaliação neutra de terceiro (<i>early neutral evaluation</i>) ..	102
	B) <i>Confidential listener</i>	103
	C) <i>Summary jury trial</i>	104
	D) <i>Neutral fact-finder</i>	104
	E) <i>Expert fact-finder</i>	104
	F) <i>Joint fact-finder</i>	105
	G) <i>Special master</i>	105
	H) <i>Focused group</i>	106
	I) Conciliação	106
	J) <i>Court-annexed mediation</i>	107
8.9	Mecanismos para a obtenção da autocomposição eminentemente privados.....	108
	A) Arbitragem não-vinculante	108
	B) Arbitragem <i>incentive</i>	108
	C) <i>Mini-trial</i>	108
	D) Ouvidor (<i>ombudsman</i>).....	109
	E) Programas de reclamações	109
	F) Negociação.....	110
	G) Mediação	110
8.10	Distinção entre negociação, mediação e conciliação	110

9. Negociação	115
9.1 Conceito	115
9.2 Incentivo à negociação.....	116
9.3 Negociação profissional	117
9.4 Negociação baseada em princípios.....	118
9.5 O método	119
10. Mediação.....	121
10.1 Conceito	121
10.2 Princípios da mediação.....	124
10.3 A função do mediador	125
10.4 Incentivo à mediação	127
10.5 Mediação aplicada.....	129
A) Mediação familiar	129
B) Mediação social	130
C) Mediação escolar	130
D) Mediação empresarial	131
E) Mediação societária	132
10.6 Objetivos intermediários e modalidades.....	132
10.7 Procedimento e métodos	133
10.7.1 Mediação como atividade profissional	133
10.7.2 O procedimento de mediação.....	133
10.7.3 Modelos de mediação.....	136
11. Conciliação.....	139
11.1 Autocomposição judicial e conciliação.....	139
11.2 Conceito	140
11.3 Cronologia e topologia da conciliação	142
11.4 Conciliação pré-processual	143
11.5 Conciliação processual.....	144
11.6 Os condutores da conciliação.....	145

11.6.1	A participação do juiz.....	145
11.6.2	O conciliador.....	147
12.	Os mecanismos e a pacificação social	149
12.1	Os escopos	149
12.2	Vantagens e desvantagens	151
12.3	Formação e preparação dos operadores dos mecanismos para obtenção da autocomposição	156
12.4	Aplicação ilimitada dos mecanismos para obtenção da autocomposição	157
13.	Os mecanismos e os direitos fundamentais	159
13.1	Acesso à justiça.....	159
13.2	O direito à informação e à opção.....	160
13.3	Transparência, diálogo e participação	162
13.4	A indispensável participação do advogado nos mecanismos estatais.....	164
13.5	Paridade de armas.....	166
13.6	O devido processo legal.....	167
14.	Experiências no Brasil: dos acertos da monarquia ao grande equivoco da república	169
14.1	Mediação e conciliação no Brasil.....	169
14.2	Histórico: o acerto da monarquia	170
14.3	Histórico: o retrocesso no Brasil republicano	171
14.4	O CPC unificado - 1939.....	175
14.5	CPC de 1973 - o início	175
14.6	A lei dos Juizados de Pequenas Causas.....	178
14.7	CPC de 1973 e sua reforma por gotejamento.....	180
14.8	Juizados especiais de causas cíveis de menor complexidade...	183
14.9	Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça	185

14.10 A Lei de Mediação.....	194
14.11 O atual Código de Processo Civil.....	196
Parte III	
APLICAÇÃO NA ÁREA PENAL DOS MESMOS FUNDAMENTOS DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO.....	201
15. Premissas	203
15.1 A indispensável mudança de paradigma	203
15.2 Da autotutela ao processo acusatório	205
15.3 A evolução da pena e a aproximação do cível e o penal	208
16. Possíveis resultados da autocomposição penal	211
16.1 Autocomposição penal	211
16.2 Práticas atuais de autocomposição na justiça penal	214
16.3 A amplitude da autocomposição penal	216
16.3.1 A busca da limitação.....	216
16.3.2 Negociação e mediação na fase policial	217
16.3.3 Negociação no Ministério Público: políticas de arquivamento.....	218
16.3.4 Conciliação penal	220
16.3.5 Confissão condicionada	221
16.3.6 Acordo sobre as práticas processuais.....	221
17. Mecanismos para a obtenção da autocomposição penal	223
17.1 Negociação	223
17.2 Conciliação.....	224
17.3 Mediação.....	227

Parte IV

POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE INCENTIVO À AUTOCOMPOSIÇÃO CIVIL E PENAL	229
18. Porque é necessário que haja uma política pública?	231
19. Propostas preliminares	235
20. A responsabilidade pela formulação e aplicação da política	237
21. A definição das responsabilidades	241
21.1 A responsabilidade do Poder Executivo da União	241
21.2 A responsabilidade do Poder Legislativo nacional.....	242
21.3 A responsabilidade da comunidade científica	242
21.4 A responsabilidade das instituições de ensino superior.....	244
21.5 A responsabilidade da Ordem dos Advogados do Brasil cumprindo as disposições de seu estatuto	244
21.6 A responsabilidade do advogado.....	247
21.7 A responsabilidade da imprensa	247
21.8 A responsabilidade do Poder Judiciário na conciliação.....	248
21.9 A responsabilidade dos estados e municípios na organização de células de negociação e mediação	251
21.10 A responsabilidade das organizações não governamentais..	253
22. Política de incentivo à autocomposição e sua interrelação com a arbitragem	255
23. Aspectos específicos da autocomposição penal	257
Conclusão	259
Referências	261